



A vida imita a arte

Daniel Gomes

Há algum tempo foi noticiado que um grupo de pesquisadores das universidades de Oxford, de Genebra e da Califórnia conseguiram “hackear” o cérebro humano. É a vida, neste caso, imitando a arte.

Muitos filmes por aí, de aventura, ação, comédia, drama e afins, são apenas uma representação audiovisual da nossa vida cotidiana; muito do mostrado é relativizado e exagerado à enésima potência para que tenhamos a sensação de divertimento no final das contas.

Com frequência, o mundo ali representado não adquire contornos de realidade, porque as situações destoam do resto do mundo em que vivemos, mas ainda assim é agradável assistir a elas. Nesse caso, temos a arte imitando a vida, criando artifícios para mostrar que a nossa vida cotidiana não é um mero acaso dos momentos únicos por que passamos, mas um desenrolar completo das ações feitas antes daquele momento crucial do filme.

O evento em questão, o “hackeamento” de informações do cérebro humano, é daqueles que algum leitor considera da seguinte forma: “Eu já vi isso antes”. Os que se ligam na ficção científica como gênero cinematográfico, de que pouca gente gosta, sabem exatamente do que estou falando. A ideia de “hackear” o cérebro humano já apareceu em muitos filmes, como *Matrix*, *Estranhos prazeres (Strange days)* e mesmo *Cidade das sombras (Dark city)*. A manipulação da mente não é nova no cinema.

Desde tempos idos temos a questão da motivação humana para se fazer algo. Essa ansiedade de sempre querer coisas novas está no âmago da humanidade. Quem aqui nunca ouviu falar de *Vinte mil léguas submarinas* ou de *Viagem ao centro da Terra*? Ou do clássico *Admirável mundo novo*, ou de *1984*? Os autores que escreveram esses livros foram tão visionários em suas épocas que, por vezes, tais textos eram incompreendidos. Em *Vinte mil léguas submarinas* viajamos no submarino do intrépido



Capitão Nemo, criado num tempo em que o conceito do submarino, por si mesmo, era uma ideia distante.

Admirável mundo novo e *1984*, assim como *V de vingança*, um *graphic novel* de altíssima qualidade, mostram um mundo em que o governo controla todas as ações das pessoas, de uma forma que elas são apenas gado para ele, e hoje em dia não é isso que vemos em vários países de regime fechado no mundo? Ou até mesmo o conceito do *Big Brother* – câmeras nos vigiando em todos os lugares –, saído de *1984*, existe no mundo moderno desde 1948, quando o livro de Orwell foi escrito. Os nossos dados digitais estão hoje no Orkut, no Facebook, no Twitter, no Google, para qualquer um acessar.

Creio que um dos melhores exemplos que demonstram como a vida imita a arte, muitas vezes, é se lembrar do clássico filme *A viagem à Lua* (*Le voyage dans la Lune*), em que Georges Méliès, um dos grandes gênios e pioneiros do cinema, criou um filme baseado nas histórias do livro *Da Terra à Lua*, de Júlio Verne, e *Os primeiros homens na Lua*, de H. G. Wells, em que o filme nos mostra essa necessidade incessante do ser humano de alcançar o impossível.

A vida continuará a imitar a arte de muitas formas, algumas vezes com coisas que esperamos, outras com o que vai surpreender-nos. Mas, mesmo com a vida já tendo em tantas ocasiões superado a arte, jamais deixaremos de imaginar o que nos aguarda na próxima esquina e, por consequência, jamais deixaremos de escrever sobre isso!



O 11 de Setembro e o terrorismo na História

Cintia Rufino Franco da Silva

Depois do ataque aéreo ao World Trade Center, nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, todos os anos isto acontece: homenagens tocantes às vítimas de uma das maiores ações terroristas da História. Das maiores não apenas pelo número elevado de vítimas, quase 3 mil pessoas, mas por ter ocorrido em território americano e em sua metrópole-símbolo.

Lembro-me de ter chegado nesse dia à aula da graduação e recebido a notícia dos colegas. Claro, não quis acreditar que algo do tipo estivesse realmente acontecendo. Quando, em casa, vi na TV as torres queimando e logo em seguida a queda sucessiva de ambas, pensei: é um dia de glória para muitos países invadidos e atacados arbitrariamente pelos Estados Unidos. Era impensável um ataque terrorista daquela magnitude dentro dos EUA.

Claro que isso não ficaria sem resposta: logo em seguida, George W. Bush iniciou uma política de “Guerra ao Terror” do “Eixo do Mal”, sendo este os países contrários aos EUA e que tivessem programas nucleares, entre os quais o Afeganistão, Irã, Iraque e Coreia do Norte.

Depois dos atentados perpetrados por Osama Bin Laden aos EUA, quando se fala em terrorismo, imediatamente são atribuídas ligações estreitas dos radicais islamitas com esses atos.

Porém, um olhar mais cuidadoso para a história dos movimentos de resistência/vingança/terrorista mostra que nem só de turbantes e de leitura radical do *Alcorão* se faz um terrorista.

A começar pela definição de terrorismo. O *Dicionário Aurélio* assinala: “modo de coagir, combater ou ameaçar pelo uso sistemático do terror”. Ou seja, um determinado grupo faz uso da violência física e/ou psicológica para promover o terror, que é o medo levado a grau extremo. O recurso de inspirar terror no inimigo foi e é largamente utilizado na História por diversos grupos políticos e religiosos, na tentativa



de chamar a atenção para a sua causa por meio de um “recado”: não nos faça mal, porque vamos fazer-lhe outro mal em resposta.

O terrorismo pode ser o recurso de guerra de uma das forças que se combatem em condições equivalentes, mas principalmente é um recurso do mais fraco. Na Argélia, no século passado, explodiam bombas em restaurantes frequentados por franceses, “donos” então do país. Mas existe o terrorismo do mais forte sobre o fraco: o do Império Romano, no objetivo de enfraquecer as tropas inimigas e baixar sua moral. Dentre os atos praticados pelas legiões romanas estavam o estupro e os saques, como recompensa para os soldados que eram mal remunerados.

Na Idade Média, o movimento das Cruzadas fez campanhas militares organizadas por cristãos com o objetivo de libertar a Terra Santa, Jerusalém, do domínio “infel” muçulmano. Foram diversos os massacres praticados por cristãos e muçulmanos, tendo por vítimas principais as populações civis das cidades conquistadas e reconquistadas.

Já no século XX, deixando de lado os fundamentalistas islâmicos, houve inúmeros movimentos terroristas: Tigres Tâmeis (atuam no Sri Lanka), IRA (Irlanda do Norte), Sendero Luminoso (Peru), Brigadas Vermelhas (Itália), FARC (Colômbia/Venezuela/Equador e Panamá), ETA (Espanha), Movimento Revolucionário Tupac Amaru (Peru), Organização Revolucionária 17 de Novembro (Grécia), Frente Revolucionária de Libertação Popular (Turquia), Brigada Alex Boncayo (Filipinas), Kach (Israel), Ensino da Verdade Suprema (Japão), Exército para a Libertação de Ruanda (Congo e Ruanda), entre outros.

Vale tratar de dois desses: os Tigres Tâmeis atuaram no Sri Lanka e na Índia, de 1976, ano de fundação do movimento, a 2009, quando sofreu derrota militar do governo do Sri Lanka, que pôs fim a suas ações. Era um grupo separatista ligado à minoria tâmil e tinha um núcleo de treinamento de milícias para recrutar crianças; foi pioneiro no uso de homens e mulheres-bomba. Entre suas ações estava o assassinato de políticos do alto escalão do Sri Lanka e da Índia.



O Kach, em Israel (sim, há extremistas também no judaísmo), fundado por um rabino, tem por objetivo restabelecer os territórios judaicos como determinados pela *Torá* (a *Bíblia* judaica) e expulsar os palestinos da região. Em 1994 promoveu um ataque em que foram mortos 29 palestinos no ato de rezar na Caverna dos Patriarcas, em Hebron.

Assim se pode dizer que o terrorismo é uma forma de lançar o terror, o medo no inimigo, perpetrado por diferentes grupos políticos e religiosos com o propósito de chamar a atenção para a sua causa.



Sentidos da história: eterno retorno, destino acaso, desígnio inteligente, progresso sem fim de Olinto A. Pegoraro

Pedro Henrique Corrêa Guimarães^[1]



Como entrelaçar o universo, a vida humana e a história em um discurso unificado que tenha sentido? Será possível essa construção? É na busca de resposta a tais questões que Olinto A. Pegoraro escreve *Sentidos da história: eterno retorno, destino, acaso, desígnio inteligente, progresso sem fim*. O livro, lançado pela Editora Vozes em 2011, vem preencher uma lacuna na bibliografia de estudos introdutórios que trabalhem com os temas de teoria e filosofia da história no Brasil.

Pegoraro é doutor pela Universidade de Louvain, na Bélgica, e se notabilizou no Brasil por escrever livros sobre Ética.

Adentrando o tema da história, o autor procura extrair dos principais pensadores do Ocidente a construção que fizeram do sentido dessa disciplina. Sua abordagem não tem por intuito a elaboração própria de uma teoria ou filosofia da história. Pegoraro



quer inventariar ideias e conceitos que tratem a história como narrativa de sentido para a vida humana.

A régua norteadora do livro é a questão do tempo. É por esse ponto que Pegoraro tenta desembaraçar o nó que aprisiona a história.

Sendo assim, o livro encontra-se dividido em três partes. A parte 1, denominada “Tempo, temporalidade e historicidade”, tem como enfoque as concepções básicas, arraigadas no senso comum, que tomam o tempo e a história como um problema de ordem epistemológica e também ética, pois, diz o autor, “como todos os saberes, a ética também é temporal” (p. 39). A parte 2, “Os pensadores do tempo”, traz um resumo das abordagens de pensadores da Antiguidade sobre o tempo, como Heráclito, Platão e Agostinho de Hipona. A terceira parte, “Transição para o tempo da liberdade e do progresso – Ética dos direitos universais”, traz as visões modernas e contemporâneas do tempo na história. Essa divisão tem como fim ilustrar a ruptura trazida pela modernidade, que até então era desconhecida: o progresso. Foi pelo ideal de progresso que construímos uma nova humanidade e (por que não?) uma nova história.

Todas as partes do livro são complementadas por trechos das obras dos próprios autores analisados, dando assim ao leitor um melhor conhecimento desses mestres do Ocidente.

Chama a atenção no livro a escolha de cinco elementos (os mesmos que subintitulam o livro) que, para Pegoraro, são as grandes construções históricas feitas sobre o tema. Diz o autor:

Em síntese, sobre o sentido do universo, do homem e da história, a tradição filosófica construiu cinco teorias ao longo dos últimos milênios: o Eterno Retorno, o Destino, o Acaso, o Plano Inteligente (teorias que incluem referências à transcendência) e o Progresso sem Fim (teoria que considera só a imanência). (Pegoraro, 2011, p.12.)

Essa seleção não deixa de ser uma tese polêmica. Como o autor mesmo sabe, desde os primórdios da sociedade são construídas teorias sobre o sentido da vida, do universo e da história. Cada uma dessas teorias é muito distinta das outras. A teoria de Heráclito é muito diferente da de Platão, que é muito diferente da de Santo Agostinho.



Até mesmo quando recebem a mesma alcunha, há diferenças notórias. Assim é, por exemplo, o desenvolvimento do eterno retorno nos estoicos e em Nietzsche. Como diz José Assunção de Barros em *Teoria da história*, há uma polifonia de modos de conceber a história[2].

Mas podemos compreender essa generalização quando enxergamos que o mote do autor é introduzir a questão, e nada melhor do que apontar elementos gerais para que sejam as chaves de entendimento.

Outro ponto de destaque na obra, “Sentidos da história”, é o diálogo que Pegoraro faz de diversas áreas do saber. O autor passa pela Filosofia, pela Historiografia, pela Teologia e chega nos modernos campos da Física Quântica e da Neurobiologia. Justifica a pluralidade metodológica da seguinte forma:

Ao longo dos séculos acumulamos teorias e doutrinas sobre estas perguntas: mitos, metafísicas, religiões, ciências e historiadores não oferecem respostas suficientemente convincentes e seguras; por isso permanecem abertas ao debate e à pesquisa. (Pegoraro, 2011, p.11.)

Essa abordagem é útil ao leitor, principalmente ao leitor pesquisador, pois o conhecimento exige que avancemos as fronteiras do pensamento. Porém, em muitos autores, tal tentativa é infrutífera, pois esse trabalho exige um esforço maior e o escritor deve tomar cuidado de não se perder e a obra acabar se tornando um texto ininteligível. Pecado esse que o autor não comete, mesmo quando mergulha no difícil campo da física teórica.

Mas, ao navegar no campo da ciência contemporânea, Pegoraro se esquece de que nas épocas modernas não só os cientistas inovaram na questão do sentido da história. Autores como Paul Ricoeur, Norbert Elias e Reinhart Koselleck não poderiam ser deixados de lado. Seus escritos sobre o tema são por demais importantes para ser abandonados.

Como balanço geral, *Sentidos da história*, de Olinto Pegoraro, é um bom livro e vale ser lido por todo filósofo, historiador ou por aqueles que querem saber mais sobre os eternos segredos da humanidade.

ISSN
2316-4808



Edição Nº 08
SET/2012

Referências:

[1] Bacharel em Direito e mestrando em História pela UFG.

[2] BARROS, J. A. *Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais*, volume 1. Vozes: Petrópolis, 2011.



Elaborando um projeto de pesquisa

Cairane Barros

Sabe-se que é de extrema importância realizar corretamente um projeto, porém será que todos, ao ingressar na vida acadêmica e ser cobrados, sabem de fato como realizá-lo?

Um Projeto de Pesquisa possui vários “tópicos” que precisam ser estudados; afinal, não adianta só montar o projeto sem saber onde, o que e como distribuir o seu conteúdo.

O primeiro tópico é o *título*, que, resumidamente, trata do assunto do trabalho; é a nomeação do tema da pesquisa. Já o *tema* é o assunto geral, do que se vai tratar no Projeto. A *justificativa/problematização* refere-se a como o autor chegou ao tema, aos motivos que o levaram a escolher tal assunto. O problema é criado pelo próprio autor e relacionado com o tema. O autor criará o questionamento e depois tentará resolvê-lo.

A *justificativa* é vista também como um convencimento, ou seja, o porquê de tal pesquisa ser importante. O próximo tópico são os *objetivos*, o que o pesquisador quer atingir ao realizar o trabalho de pesquisa – e lembrando: começa-se com o verbo no infinitivo. *Público-alvo* é exatamente a quem o Projeto se destina.

A *hipótese* é sinônimo de suposição, afirmações categóricas que tentam responder ao problema já levantado. *Metodologia*, a explicação minuciosa, detalhada, do tipo da pesquisa. *Referências bibliográficas*, a relação de todas as obras utilizadas para fazer o trabalho. *Cronograma*, a previsão de tempo a ser gasto na realização do trabalho, de acordo com as atividades a cumprir. *Sumário*, a enumeração das principais divisões.

O Projeto de Pesquisa deve conter: capa, folha de rosto, sumário, texto do projeto, referências. Portanto, cabe atentar na formatação de cada item citado.

Capa:

- nome do autor em letras maiúsculas (alto da página)
- título completo (centro da página)



- nome da instituição, cidade e ano (na parte de baixo da página)

Folha de rosto:

- nome do autor (alto da página)
- título completo (centro)
- indicação da natureza, objetivo acadêmico, instituição, nome do professor orientador (parte de baixo da página)
- nome da instituição, cidade e ano (parte de baixo da página)

Sumário

- enumeração (capítulos, seções etc.)
- introdução
- capítulos
- tópicos
- subtópicos

Obs.: O indicativo numérico tem que estar alinhado à esquerda e tem-se que usar linhas pontilhadas, de condução, para ligar os títulos aos números da página.

Texto:

Nesse caso, é o desenvolvimento, o núcleo central, que deve partir do conhecido para o desconhecido, do simples para o complexo. E quem deve fazer essa relação é o autor do trabalho, por meio de diversas pesquisas.

Referência bibliográfica:

- livros (SOBRENOME, Nome. *Título*. Edição. Cidade de publicação: Editora, ano da publicação)
- Fontes eletrônicas (SOBRENOME, Nome/EDITOR. (Ano). *Título do Trabalho*, Tipo de mídia. Disponível: identificador (data de acesso))

ISSN
2316-4808

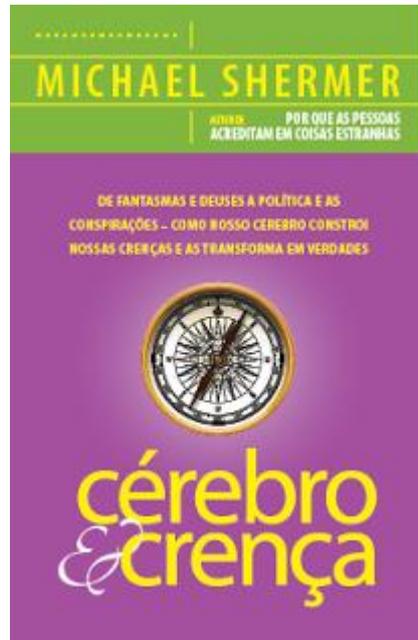


Edição Nº 08
SET/2012

Enfim, elaborar um Projeto e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não deve se tornar um “bicho de sete cabeças” e sim uma oportunidade para descobrir e desvendar novos conhecimentos. Fica uma dica: tudo se torna mais fácil quando fazemos algo de que gostamos; portanto, procure identificar-se com o tema escolhido e BOM TRABALHO.

A credulidade em questão, com Shermer no Brasil

Luiz Carlos Cardoso



Todos se lembram desse episódio recente. Morreu o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, e ao lado de seu caixão alguém tomou posição para soltar uma pomba branca, destinada a ganhar o céu na figuração da alma que sobe. Mas a pomba não subiu: deu um pulinho e pousou sobre o caixão fechado. Ali ficou tempo bastante para intrigar o país na televisão. Rezou-se a missa de corpo presente no outro dia e houve quem visse, voando no alto da catedral, uma pomba branca, certamente a mesma do caixão.

Por esses dias ultimava-se a edição do segundo livro de Michael Shermer no Brasil, *Cérebro e crença*, depois da publicação em 2011 de *Por que as pessoas acreditam em coisas estranhas*, feita também pela JSN Editora. E Shermer, 58 anos, que reside no sul da Califórnia com mulher e filho, já tinha marcado a sua viagem a São Paulo para o fim de agosto, onde daria palestras e lançaria o livro. Homem educado e experiente nas controvérsias às vezes indignadas que suas ideias suscitam, ele talvez se



abstivesse de opinar em país alheio caso fosse perguntado sobre o episódio da pomba branca, mas pode-se imaginar em parte o que diria se desafiado a respeito. A ressalva “em parte” é necessária, porque Shermer tem um arsenal de argumentos impossível de antecipar ou imitar por quem não lhe conheça bem a obra e mesmo por quem conheça. Ele diria, talvez, que pombos podem ser treinados para pulos curtos e podem ser conduzidos a toda igreja. Sua ágil competência em desvendar mistérios do gênero não se esforçaria nesse.

Shermer é um intelectual com múltiplos recursos teóricos, editor nos Estados Unidos da revista mensal *Skeptic* e colaborador também mensal da *Scientific American*, de grande prestígio no mundo inteiro. *Skeptic* é “cético” e *scientific* pressupõe uma postura que exige prova do que se afirma existir. A ciência não reconhece como provado o que apenas “pode ser”, o que passa por provável sem prova. O cético Shermer é um especialista em cobrar provas, em argumentar com argúcia contra o que para muitos parece estabelecido ou evidente. É um “duvidador” profissional numa sociedade de convictos amadoristas, entusiasmados por viagem fora do corpo, cura milagrosa, operação espiritual, telepatia, assombrações, licantropia e muito mais “coisas estranhas” que misteriosas forças do mal ou do bem possam promover.

No que se refere a um tema vastamente discutido no século 20 e com incursão pelo 21, o de extraterrestres vindos ao planeta Terra, Shermer tem uma posição clara. Não há provas, diz. Muitos no planeta juram que há, sim, alguns até já viram discovoador ou têm uma prima confiável que viu. Muitos se declaram abduzidos, isto é, contribuintes involuntários com seu sêmen ou seu útero para seres híbridos concebidos entre o céu e a terra.

Ocorre que as provas mais concretas estão guardadas como segredo de Estado nos EUA: etês caídos numa cidade lá, antes de numa Varginha cá. Isso, para os crédulos, tem servido de argumento convincente, mas para o cético Shermer não basta, não serve. Ele admite que podem ser bilhões os planetas no universo (bilhões, não apenas milhões!) e, como seu falecido amigo Carl Sagan, quer acreditar que em vários desses planetas ou em muitos é provável que haja vida inteligente. Provável, ou seja,



aberto à recolha de provas – mas sem provas e com dificuldade ainda secular ou milenar de tê-las, dadas as espantosas distâncias estelares.

Ele apoia o projeto do Seti americano, de enviar mensagens ao espaço na expectativa de sinal ou resposta de uma inteligência muito além, mas nada veio por enquanto. Nada. Ou veio, e o Departamento de Estado... Essa conjectura, que poderia ser também de Shermer, compete melhor aos que acreditam em “coisas estranhas”. Eles gostam, numa perspectiva mais terra a terra, de atribuir culpas tenebrosas a conspirações de guerra entre os daqui mesmo; assim, americanos inimigos da América teriam tramado para derrubar as torres gêmeas em conluio com árabes no 11 de Setembro. E explodir o Pentágono. E visar a Casa Branca num terceiro avião sequestrado e malogrado.

Como os judeus são poderosos nos Estados Unidos a ponto de ser poderosíssimos como Estado no Oriente Médio, os que acreditam nas “coisas estranhas” se dispõem também a negar o Holocausto, isto é, a dizer que o massacre em massa promovido pelos nazistas não foi bem o que se propaga: houve assassinatos, mas não com a sanha de gases tóxicos em recintos fechados e a proporção de 6 milhões de vítimas. A desconfiança e o receio do poder judaico, o ódio, elementos do caso Dreyfus no século 19, criaram o Holocausto no século 20 e, por extensão ao 21, a hoje, insistem na negação do Holocausto. Para Shermer, que não é judeu mas tem sido “acusado” de ser, essa negação soa como mais uma coisa estranha em que as pessoas acreditam.

Fatos como esses são analisados por ele em seu primeiro livro publicado no Brasil. Já o segundo, *Crença e cérebro*, que acaba de ser lançado com a presença do autor na Livraria da Vila do Shopping Higienópolis, revisita temas e teorias de *Coisas estranhas* mas detém-se nos processos humanos de pensar e construir crenças. As pessoas têm tendência ou necessidade de acolher “padrões mentais” para si mesmas e um desses é a crença na vida depois desta, na vida que realmente lhes importa porque é eterna e não passageira. Como nós não nos conhecemos sem vida, a ideia de perdê-la é difícil de conceber, assim como é tentadora a ideia de mantê-la para além da morte física, que afinal sabemos ser inevitável. Desse modo temos disponibilidade para



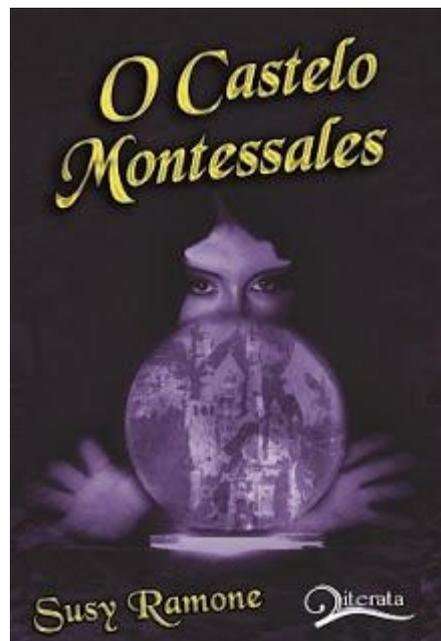
acolher o padrão da crença em outra vida, que pode incluir o padrão de um regente da vida posterior e um criador do Bem Absoluto, Deus. A “padronicidade”, primeira etapa da crença, é “acionalizada” pelas razões que a robustecem, de acordo com Shermer. As pessoas inteligentes usam nesse processo a sua inteligência para acrescentar razões de crença, de fé. E, conforme acrescentam, mais lhes parece inegável, mais se afirma sua grande verdade, a fé. A fé, diversamente da ciência, consiste em acreditar sem exigir prova, em admitir o incognoscível dispensando a possibilidade de conhecê-lo e o venerando tal como é, ou não é.

Já o cérebro, para Shermer, compõe-se de um admirável conjunto de neurônios e sinapses que nos basta e se basta. A chamada “mente”, a que muitos atribuem o dom de projetar-se, de cutucar alguém que caminha à nossa frente a ponto de fazê-lo virar a cabeça, de entortar pregos como diz que faz ou fazia Uri Geller, de enviar mensagens telepáticas, de matar cabras com o olhar e, enfim, de ser alma imortal depois que a carne falece, a mente não existe. O que no homem e fora do homem supostamente o acompanha na condição de “mente”, extrafísico e extrafisiológico, intuição ou “sexto sentido”, capaz para alguns de pairar fora do corpo, isso morre com o corpo. Da mesma forma pela qual certos saberes e lembranças desaparecem quando os neurônios que os retêm são destruídos em acidente.

Leiam Shermer, ele estimula neurônios e sinapses. *Cérebro e crença* custa 58 reais e *Por que as pessoas acreditam em coisas estranhas* orça por aí.

Resenha de “O Castelo Montessales”, de Susy Ramone

Vitor Hugo B. Ribeiro



Em um castelo antigo longe de tudo, no meio de uma densa floresta, a rica mulher Berenice se estabelece trazendo três empregados: a governanta, o jardineiro e o piloto do helicóptero que os levou lá, todos com histórias trágicas para contar. A partir daí se desenvolve um enredo de suspense de tirar o fôlego. Presos ao castelo por fatores que a autora revela, os quatro habitantes se envolvem romanticamente, mas um fantasma torna sua vida insuportável.

As mulheres logo darão à luz meninos e meninas que, também impedidos de deixar a área do castelo, se unirão – na maior parte das vezes de forma violenta –, gerando mais filhos e filhas. As ilustrações no começo do livro explicam os complexos relacionamentos, mostrando o parentesco dos vários personagens.

O fantasma aparenta ter um lado bom, mas não deixa de cobrar suas benevolências das mulheres, usando-as.

No final tudo virá à tona, deixando o leitor extasiado e na torcida para que a grande família sobreviva e consiga deixar o castelo.



Embora aborde temas delicados como o do incesto, a escritora sabe tratar com habilidade as situações e colocar *flashbacks* adequados nos pontos certos da narração. Susy Ramone leva o leitor a vivenciar uma situação aterrorizante que mesmo assim o atrai, o faz querer ler tudo sem interrupções. Na minha opinião, esse livro merece destaque na literatura fantástica nacional e o recomendo sem nenhuma ressalva.



A linguagem do conto popular

Sueli Martins

Para falar da linguagem oral, ou seja, do narrador oral, é obrigatório distinguir dois tipos de narrativa: a narrativa oral em versos (poema, épico, cordel etc.) e a narrativa oral em prosa, na qual se inclui o conto maravilhoso.

De acordo com Leal, o poeta oral é o que elabora e transmite os poemas sem a ajuda da língua escrita. Ele elabora seus poemas usando uma espécie de repertório tradicional de frases fixas, desenvolvidas na maior parte em situações comuns. Não sendo necessariamente abundantes, os poemas ajudam os poetas a fixar temas na memória e auxiliam na criação de novos contos. Tudo isso evidencia uma formação profissional.

O narrador dos contos pode ser considerado profissional e, por isso, sua linguagem tem características formais bem definidas. A forma de começar as narrativas segue uma espécie de modelo, cujo objetivo é conservar poemas notáveis como a *Ilíada* e a *Odisseia*.

Já o narrador do conto tradicional não pode ser considerado um profissional, pois quem transmite essas histórias são pessoas comuns: mães, avós, amas, pregadores religiosos, caçadores, pescadores, qualquer pessoa que goste de contar histórias. O conto popular, mesmo não tendo toda a formalização do poema épico, também possui características muito bem definidas.

A forma de começar a narrativa segue uma espécie de modelo; sua função é apresentar as personagens, o tempo e o espaço. O modo de acabar um relato também segue um modelo e o seu término pode ser interno ou externo. O interno termina a narrativa sem nenhum acréscimo, enquanto no desfecho externo há acréscimo de intervenção do narrador por meio de uma moral, que marca o final da história.

Outra característica da versão popular é a expressão corporal, utilizada pelos contadores como um instrumento para auxiliar a palavra e encantar o público. Além



disso, nos contos populares há o predomínio da coordenação sobre a subordinação (a parataxe sobre a hipotaxe):

Termo que designa a ordenação sintática das frases com o recurso predominante a orações subordinadas relativas, integrantes, causais, finais, comparativas, condicionais, concessivas, temporais ou consecutivas. Ao contrário da parataxe (uso predominante de conjunções coordenativas), pela qual as orações são simplesmente justapostas, a hipotaxe revela uma prosa mais complexa e circunstanciada. (BECHARA, p. 169.)

Essas características não são somente do conto popular; elas aparecem também no poema épico e no discurso mítico.

Referências bibliográficas:

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

LEAL, J. C. **A natureza do conto popular**. Rio de Janeiro: Conquista, 1985.